


O terceiro setor e a sustentabilidade do meio ambiente sob a luz da Constituição de 1988

Emerson Gabardo

Related papers

[Download a PDF Pack](#) of the best related papers 



[O terceiro setor e a sustentabilidade do meio ambiente](#)

Emerson Gabardo

[AS PROPOSTAS DE MUTAÇÃO NO REGIME DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS NO BRASIL: desenvolvimento i...](#)

Revista Direitos Fundamentais & Democracia

[SALGADO, Eneida Desiree; VIOLIN, T. C. . Transparência e acesso à informação: o caminho para a gara...](#)

Eneida Desiree Salgado

O terceiro setor e a sustentabilidade do meio ambiente sob a luz da Constituição de 1988

Luciano Elias Reis

Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UTP/PR. Mestre em Direito Econômico pela PUCPR. Coordenador da Especialização em Direito Municipal do CESUL.

Emerson Gabardo

Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UFPR. Professor de Direito Econômico da Faculdade de Direito da PUCPR. Mestre e Doutor em Direito do Estado pela UFPR. Coordenador Adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da PUCPR.

Resumo: Realiza uma contextualização constitucional do meio ambiente na legislação brasileira atual e pretérita. Expõe sobre a questão do meio ambiente e sua relação com o terceiro setor. Elabora uma descrição dos atuais mecanismos jurídicos disponíveis à Administração Pública para a realização de parcerias com o terceiro setor. Ao final conclui que o princípio da subsidiariedade não é o fundamento adequado para a legitimação das parcerias entre Estado e terceiro setor no contexto do meio ambiente. Propõe que o ideal é a adoção de uma “estratégia de responsabilidade compartilhada” como fundamento adequado à firmação de pactos entre instituições de finalidade pública que têm como escopo a sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Constituição. Sustentabilidade ambiental. Terceiro setor.

Sumário: 1 Introdução – 2 Histórico da legislação brasileira a respeito do meio ambiente – 3 A definição de “meio ambiente” na Constituição de 1988 – 4 Meio ambiente e os direitos de terceira geração – 5 Questões fundamentais sobre o chamado “terceiro setor” – 6 A situação da ONG (organização não governamental) no contexto do terceiro setor – 7 O terceiro setor e a sustentabilidade do meio ambiente sob a óptica da Constituição de 1988 – 8 Desenvolvimento, meio ambiente sustentável e a estratégia da “responsabilidade compartilhada” – 9 Conclusão – Referências

1 Introdução

O terceiro setor e o meio ambiente deveriam correlacionar-se conforme preconiza o texto constitucional brasileiro vigente; entretanto essa necessária imbricação carece de espaço tanto nos contextos das políticas públicas estatais, quanto na própria academia ou práxis jurídica. Por tais motivos, neste estudo investigam-se os instrumentos jurídicos disponíveis à Administração Pública com o escopo da realização de parcerias com o terceiro setor para a promoção do meio ambiente.

REVISTA DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA – RPGMJF

Editor-Chefe

Gustavo Henrique Vieira (PGM-JF)

Assessor de Edição

Rogério Junqueira Homem de Campos (Faculdade Metodista Granbery; Faculdades Doctum; PGM-JF)

Conselho Editorial

Aline Araújo Passos (UFJF)	José Luiz Borges Horta (UFMG)
Bernardo Gonçalves Alfredo Fernandes (UFMG, PUC Minas)	Leonardo Cardoso Oliva (Instituto Vianna Júnior, PGM-JF)
Bruno Camilloto Arantes (UFOP)	Luciana Gaspar Melquiades Duarte (UFJF, PGM-JF)
Bruno Stigert de Sousa (Doctum, Instituto Vianna Júnior)	Marcelo Barbosa Mockdeci (PGM-JF)
Emerson Gabardo (UFPR, PUCPR)	Rogério Junqueira Homem de Campos (Faculdade Metodista Granbery; Faculdades Doctum; PGM-JF)
Frederico Augusto D'Ávila Riani (UFJF)	Thomas da Rosa Bustamante (UFMG)
Gustavo Henrique Justino de Oliveira (USP)	
José dos Santos Carvalho Filho (Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP; STF)	

Conselho Consultivo

Ana Paula Gonçalves Pereira de Barcellos (UERJ)	Gustavo Binenbojm (UERJ)
Bernal Pulido Carlos Libardo (Universidad Externado de Colombia, e Universidad de la Florida – Gainesville, EEUU)	Paulo Roberto de Gouvêa Medina (UFJF e PGM-JF)
Cláudio Pereira de Souza Neto (UERJ)	Vasco Manuel Pascoal Dias Pereira da Silva (Universidade de Lisboa, Portugal, e Universidade Católica Portuguesa, Portugal)
Daniel Antônio de Moraes Sarmiento (UERJ)	

R454 Revista da Procuradoria-Geral do Município de Juiz de Fora – RPGMJF, ano 1, n. 1, jan./dez. 2011. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

Anual

ISSN 2237-5120

1. Direito municipal. 2. Juiz de Fora (Procuradoria-Geral do Município). I. Fórum.

CDD: 341.316 CDU: 352

A Revista da Procuradoria-Geral do Município de Juiz de Fora – RPGMJF tem como objetivo promover o estudo e a reflexão do Direito Público e da Teoria do Direito, especialmente dos assuntos de interesse imediato da Administração Pública local, no âmbito da Procuradoria-Geral do Município e da comunidade jurídica, bem como divulgar a produção acadêmica dos integrantes da Procuradoria-Geral e de demais autores interessados. A RPGMJF não tem finalidade lucrativa e será distribuída gratuitamente a diversos órgãos jurídicos e operadores do Direito, como aos Tribunais Superiores e Tribunais de Justiça, órgãos da Justiça Federal e do Trabalho, juízes monocráticos locais, outras Procuradorias de Municípios, Estados e da União, órgãos e entidades públicas com as quais o Município de Juiz de Fora travar relações jurídicas com maior intensidade, bibliotecas de Faculdades de Direito, públicas e privadas, demais bibliotecas públicas, aos autores dos artigos publicados, ao editor-chefe e aos membros dos conselhos editorial e consultivo, com o propósito de reforçar a imagem de seriedade e qualidade institucional da Procuradoria-Geral do Município de Juiz de Fora. A RPGMJF é organizada dentro dos critérios Qualis para periódicos emitidos pela CAPES e registrada junto aos órgãos devidos, contando com ISSN próprio, com foco na excelência acadêmica. Esta publicação é decidida com base em pareceres, respeitando-se o anonimato tanto do autor quanto dos pareceristas (sistema double-blind peer review).

© 2011 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive por meio de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 - 15º/16º andares - Funcionários
CEP 30130-007 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Tel.: 0800 704 3737
Internet: <www.editoraforum.com.br>
e-mail: <editoraforum@editoraforum.com.br>

Coordenação editorial: Olga M. A. Sousa
Revisão e normalização: Equipe Fórum
Projeto gráfico e capa: Luiz Alberto Pimenta
Diagramação: Karine Rocha

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Impressa no Brasil / Printed in Brazil
Distribuída em todo o Território Nacional

partnerships that the third sector elaborates. It concludes that the principle of the subsidiarity it is not the better for the legitimation of the partnerships between State and third sector in the context of the environment. It considers that the ideal is the adoption of a "strategy of shared responsibility" as adequate bedding to the adjustment of pacts between nonprofit institutions that have the goal of environmental sustainability.

Key words: Constitution. Sustainable environment. Third sector.

Referências

- ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.
- BACELLAR, Regina Maria Bueno. Sustentabilidade e Terceiro Setor, uma visão de progresso. In: OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de (Coord.). *Direito do Terceiro Setor: atualidades e perspectivas*. Curitiba: OAB/PR, 2006.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 25. ed. Malheiros: São Paulo, 2008.
- BARROSO, Luis Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BENJAMIN, Antônio Herman V. A proteção do meio ambiente nos países menos desenvolvidos: o caso da América Latina. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, p. 83-105, abr./jun. 1995.
- BOLSI, Andressa. Parceria entre Estado e OSCIP: uma abordagem social e jurídica à luz da legislação vigente. In: OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de (Coord.). *Direito do Terceiro Setor: atualidades e perspectivas*. Curitiba: OAB/PR, 2006.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional*. 14. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. Terceiro Setor e responsabilidade social. In: OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de (Coord.). *Direito do Terceiro Setor: atualidades e perspectivas*. Curitiba: OAB/PR, 2006.
- COELHO NETO, Milton. *Administração Pública: direito administrativo, financeiro e gestão pública: prática, inovações e polêmicas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- COIMBRA, José de Ávila Aguiar. *O outro lado do meio ambiente*. São Paulo: CETESB, 1985.
- COUTINHO, Joana. ONGs e as políticas neoliberais. *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=19&id=203>>. Acesso: 03 fev. 2010.
- CUNILL GRAU, Nuria. A rearticulação das relações Estado-sociedade: em buscas de novos significados. *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 47, v. 120, n. 1, p. 113-140, jan./abr. 1996.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na Administração Pública*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- DI SARNO, Daniela Campos Libório. *Elementos de direito urbanístico*. São Paulo: Manole, 2004.

ESTARRELAS, Pere J. Brunet; LÓPEZ, Miquel Coll. Agenda 21: subsidiariedad y cooperación a favor del desarrollo territorial sostenible. *Boletín de la A.G.E.*, n. 39, 2005.

FREITAS, Vladimir Passos de. *A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

FREITAS, Vladimir Passos de. *Direito administrativo e meio ambiente*. Curitiba: Juruá, 1995.

GABARDO, Emerson. *Interesse público e subsidiariedade: o Estado e a sociedade civil para além do bem e do mal*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

KELSEN, Hans. *Teoria pura del derecho*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2001.

LARRUGA, Francisco Javier Sanz. El concepto de responsabilidad compartida y el principio de subsidiariedad en el derecho ambiental. *Anuário da Faculdade de Direito da Universidade da Coruña*, A Coruña, n. 3, 1999.

LEWIS, Sandra Aparecida Barbon. Terceiro Setor, políticas públicas e tributação. In: OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de (Coord.). *Direito do Terceiro Setor: atualidades e perspectivas*. Curitiba: OAB/PR, 2006.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MÂNICA, Fernando Borges. Panorama histórico-legislativo do Terceiro Setor no Brasil: do conceito de Terceiro Setor à lei das OSCIP. In: OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de (Coord.). *Direito do Terceiro Setor: atualidades e perspectivas*. Curitiba: OAB/PR, 2006.

MÂNICA, Fernando Borges. *Terceiro Setor e imunidade tributária*. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MILARÉ, Édís. *Direito do ambiente*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Apontamentos sobre a reforma administrativa*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Mutações do direito administrativo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

MOREIRA, Vital. *Auto-regulação profissional e Administração Pública*. Coimbra: Almedina, 1997.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de. O terceiro setor e a gestão privada de recursos públicos para fins públicos. In: OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de (Coord.). *Direito do Terceiro Setor: atualidades e perspectivas*. Curitiba: OAB/PR, 2006.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino. Gestão privada de recursos públicos para fins públicos: o modelo das OSCIP. In: OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino (Org.). *Terceiro setor, empresas e Estado: novas fronteiras entre o público e o privado*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. *Contrato de Gestão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

OLIVEIRA, Maria Cristina Cesar de. *Princípios jurídicos e jurisprudência ambiental*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

ONU. *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)*. Disponível em: <<http://www.ecolnews.com.br/agenda21/index.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2008.

PAES, José Eduardo Sebo. *Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários*. 5. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.

ROCHA, João Carlos de Carvalho. *Direito ambiental e transgênicos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

ROCHA, Silvio Luís Ferreira da. *Terceiro Setor*. São Paulo: Malheiros, 2003.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

SOUZA, Leandro Marins de. *Tributação do Terceiro Setor no Brasil*. São Paulo: Dialética, 2004.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. *Transporte e meio ambiente: conceitos e informações para análise de impactos*. São Paulo: Annablume, 2008.

VIOLIN, Tarso Cabral. O 'terceiro setor' e as cooperativas sociais. In: OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de (Coord.). *Direito do Terceiro Setor: atualidades e perspectivas*. Curitiba: OAB/PR, 2006.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

REIS, Luciano Elias; GABARDO, Emerson. O terceiro setor e a sustentabilidade do meio ambiente sob a luz da Constituição de 1988. *Revista da Procuradoria-Geral do Município de Juiz de Fora – RPGMJF*, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 167-194, jan./dez. 2011.